

Corrêa insiste na anulação de convenções

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, está insistindo com o presidente José Sarney para que ele patrocine a anulação das convenções nacionais do PMDB, PDS e PL, que já indicaram seus candidatos à Presidência. A anulação seria possível com o veto de Sarney ao dispositivo, do projeto de lei que regulamenta as eleições presidenciais, que convalida essas convenções. O presidente deve sancionar o projeto hoje ou amanhã.

O prazo para a sanção termina depois de amanhã e Sarney está resistindo à idéia de vetar o item referente às convenções, para não piorar o relacionamento do governo com o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães. Mas o ministro da Justiça argumenta que não há como comprovar se as convenções dos três partidos foram realizadas de acordo com a legislação, inclusive quórum de maioria absoluta. Como a lei eleitoral ainda não estava em vigor, o TSE não enviou "observador" às convenções dos três partidos.

Sarney resiste também à idéia de Corrêa pelo fato de o Congresso Nacional poder derubar seu veto.

Outro possível veto: o dispositivo que prorrogou de 15 de maio para 15 de julho o último dia para programas gratuitos destinados à divulgação de plataformas partidárias. O veto prejudicaria o PMDB e o PFL, que ainda não realizaram seus programas, e evitaria novos, de partidos "nanicos", que poderiam abrir espaço para o candidato Fernando Collor de Mello, do PRN.

Sarney está decidido a não mexer no prazo de proibição de pesquisas eleitorais, mas poderá vetar o de filiação partidária — 15 de maio —, abrindo a possibilidade de novas candidaturas.

Corrêa argumenta que o prazo para filiação e registro de chapas não foi encerrado, porque a "lei de inelegibilidades" ainda não foi sancionada. Enquanto isso, argumenta ele, continua a lei que estabelece o prazo de três meses antes das eleições para ministros de Estado se desincompatibilizarem. O voto em trânsito também poderá ser vetado.